

Gastos do Tesouro até abril superam receita

Apesar do resultado negativo, houve melhora no desempenho das contas em relação ao mesmo período do ano passado

por Ivanir José Bortot
de Brasília

O Tesouro Nacional gastou R\$ 4,36 bilhões a mais do que arrecadou no primeiro quadrimestre do ano. As receitas foram de R\$ 31,4 bilhões e as despesas, de R\$ 35,8 bilhões. Apesar da magnitude do desequilíbrio de caixa, houve uma melhora nas contas do Tesouro Nacional em comparação com o mesmo período do ano passado.

O déficit operacional das contas da União, excluindo a Previdência Social e o Banco Central (BC), no primeiro quadrimestre de 1995 caiu de R\$ 1,827 bilhão – equivalente a 0,82% do Produto Interno Bruto (PIB) – para R\$ 1,454 bilhão (0,63% do PIB) entre janeiro e abril deste ano.

“Mesmo pequena, houve uma melhora no resultado do Tesouro devido a um ganho de receita e uma redução de despesas com juros”, disse o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal. O Tesouro Nacional tem uma metodologia diferente do Banco Central para calcular o déficit operacional. O Tesouro mensura o resultado a partir do fluxo de receitas e despesas, enquanto o BC calcula a necessidade de financiamento do setor público pela variação nos saldos da dívida líquida da União.

O desequilíbrio fiscal levou o Tesouro Nacional a aumentar a sua

dívida no mercado com emissão de papéis para financiar as suas despesas correntes. A dívida mobiliária federal passou de R\$ 89,3 bilhões em março para R\$ 91,2 bilhões em abril, indicando um crescimento real de 2,1% em apenas um mês.

“Conseguimos reduzir o custo real da rolagem da dívida em abril”, disse Portugal. O custo médio mensal da dívida mobiliária foi de 1,14% no quadrimestre de janeiro a abril de 1996. No primeiro quadrimestre de 1995, o custo era de 2% ao mês. Em abril, a remuneração das aplicações das disponibilidades do Tesouro rendeu 0,28% a mais do que o custo de rolagem no mercado.

O secretário-adjunto de Dívida Pública do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, disse à repórter Liliana Enriqueta Lavoratti que o governo tomou várias medidas para melhorar a administração da dívida mobiliária. Ele destacou a ampliação do prazo médio dos títulos prefixados (LTN), que saíram de um a dois meses, no início de 1995, para o prazo atual de seis meses.

Quem compra esses títulos hoje sabe quanto vai receber na hora do resgate, disse o secretário-adjunto. “Isso reforça a tendência de desindexação da economia e a formação de uma taxa de juros mais baixa”, disse Barbosa. A remuneração desses títulos é totalmente desvinculada dos

índices de preços. Isso, na avaliação do Tesouro, é positivo para auxiliar a desindexação da economia. Até o final de junho será extinto o atual estoque das LFT, já bastante reduzido.

O desembolso com juros reais, no regime de competência, atingiu a R\$ 3,571 bilhões neste primeiro quadrimestre. Houve uma redução de R\$ 245 milhões com gastos de juros em relação ao desembolso feito de janeiro a abril de 1995. Apenas em abril o Tesouro realizou um desembolso de R\$ 1,260 bilhão para pagar encargos em organismos internacionais, bancos privados e Bônus Brady. Esse tipo de despesa, no regime de competência, acabou tendo um impacto de apenas R\$ 713 milhões em abril. O restante será apropriado mensalmente, que é uma parcela de juros semestral da dívida externa.

As despesas com pessoal atingiram a R\$ 13,849 bilhões no primeiro quadrimestre deste ano, ficando R\$ 206 milhões acima do que foi gasto no mesmo período do ano passado. A liberação de recursos de custeio e investimento manteve-se na faixa de R\$ 4,4 bilhões e as despesas de resto a pagar saltaram de R\$ 470 milhões para R\$ 1,02 bilhão. “A rigor, nosso esforço de contenção de gastos concentra-se apenas na rubrica de custeio e investimento”, disse Portugal. Mesmo com a limitação de gastos, o efeito é sempre pequeno.

Tesouro Nacional

(Necessidades de financiamento - em R\$ milhões de abril/96)

	1996 Mar	1996 Abr	1995 Jan-Abr	1996 Jan-Abr
I. Receita Total	10,169	7,091	29,571	30,600
I.1 Administrada	10,008	6,953	28,898	29,905
I.2 Demais	248	261	921	915
I.3 Incentivos fiscais	-88	-123	-248	-211
II. Despesa Total	6,386	7,758	27,551	28,491
II.1 Despesas Vinculadas	1,792	3,025	9,059	8,641
II.1.1 Transferências constitucionais	1,479	2,523	6,684	7,390
II.1.2 Demais	313	502	2,374	1,251
II.2 Despesas ordinárias	4,594	4,733	18,492	19,850
II.2.1 Pessoal e encargos	3,041	3,039	13,643	13,849
II.2.2 Outros custeios e investimento	1,264	1,424	4,170	4,425
II.2.3 Operações oficiais de crédito	53	59	210	550
II.2.4 Restos a pagar	236	211	470	1,026
III. Resultado primário (I-II)	3,783	-667	2,020	2,118
IV. Juros reais (competência)	954	713	3,846	3,571
V. Resultado operacional (III-IV)	2,830	-1,381	-1,827	-1,454
VI. Resultado primário/PIB (2)			0,90%	0,92%
VII. Resultado operacional/PIB (2)			0,82%	0,63%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional
Valores inflacionados pelo IGP-DI
(1) apropriado por competência
(2) em relação ao PIB do período